

# Políticas Públicas e Financiamento para o Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil



## Seminário

Brasília, 2005

## **República Federativa do Brasil**

Presidente *Luiz Inácio Lula da Silva*

Vice-Presidente *José Alencar Gomes da Silva*

## **Ministério do Meio Ambiente – MMA**

Ministra *Marina Silva*

Secretário-Executivo *Cláudio Langone*

## **Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA/MMA**

Secretária *Muriel Saragoussi*

## **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**

Coordenadora-Geral *Nazaré Lima Soares*

## **Conteúdo do CD-ROM**

- **Apresentação**
- **Programa**
- **Objetivos e metodologia**
- **Documentos temáticos**
- **Apresentações dos palestrantes**
- **Relatórios dos Grupos de Trabalho**
- **Próximos passos**
- **Apresentação dos resultados do seminário no V Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais – Curitiba (PR), outubro de 2004**
- **Lista dos participantes**
- **Fotos**

# Políticas Públicas e Financiamento para o Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil

**Seminário**

Brasília-DF, 18 a 20 de agosto de 2004

Brasília, 2005



## Promoção:

### Instituto Rede Brasileira Agroflorestal – Rebraf

*Peter H. May* – Secretário-Executivo

*Jean C. L. Dubois* – Assessor Técnico Sênior

*Guido Casanova* – Administrador Financeiro

*Izaira Zineski* – Secretária-Executiva

*Aurelie Bauer* – Estagiária

### Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA

*Brent Millikan* – Coordenador

Equipe Técnica

*Célia Chaves de Sousa*

*Fernando Negret Fernandez*

*Flávia Pires Nogueira Lima*

*Kelson Semerene Costa*

*Onice Teresinha Dall'Oglio*

*Plácido Flaviano Curvo Filho*

*Raissa Miriam Guerra*

*Sonia Maria de Brito Mota*

*Petra Ascher* – Cooperação Técnica – GTZ

*Eleusa Zica* – Apoio Administrativo

*Paula Lucatelli* – Apoio Administrativo

### Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

*Maria José Gontijo* – Diretora-Executiva

### Centro Mundial de Agroflorestas – Icraf

*Roberto Porro* – Coordenador Regional na América Latina/

Secretário-Executivo do Consórcio Iniciativa Amazônica

## Patrocínio:

### Fundação Ford

### Fundação Charles Mayer pelo Progresso do Homem – FPH

## Produção Editorial:

### Editorial Abaré

E-mail: [editorialabare@editorialabare.com.br](mailto:editorialabare@editorialabare.com.br)

*Tereza Vitale* – Projeto e Edição Final

*Daniel Dino* – Edição Eletrônica

*Iris da Rocha* – Capa

*Acervo IEB* – Foto Capa

*Luciano Candisani* – Fotos das páginas 5 e 6

(Acervo CNPT/lbama)

*Kelson Semerene Costa* – Fotos montagem

## Ficha Catalográfica

P769p Políticas Públicas e Financiamento para o Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil. Seminário (2004: Brasília, DF).

Políticas Públicas e Financiamento para o Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil, 18 a 20 de agosto de 2004, Brasília : Abaré, 2005.

30 p. ; 21 cm.

Evento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Rede Brasileira Agroflorestal (Rebraf)

Inclui CD-ROM

1. Silvicultura. 2. Agroflorestas. 3. Políticas Públicas – Financiamento  
I. Ministério do Meio Ambiente. II. Instituto Rede Brasileira Agroflorestal.  
II. Título.

CDD 630.9811  
CDU 630.0(81)(063)

Copyright © Ministério do Meio Ambiente – MMA

ISBN 858990605

Tiragem de 1 mil exemplares.

Distribuição Dirigida.



Impresso em  
papel 100% reciclado

# Sumário

<b>Lista de Siglas</b> .....	<b>4</b>
------------------------------	----------

<b>Apresentação</b> .....	<b>7</b>
---------------------------	----------

## **Relatórios dos Grupos de Trabalho**

<b>Grupo I</b> – Parcerias para o desenvolvimento de SAFs. ....	<b>9</b>
-----------------------------------------------------------------	----------

<b>Grupo II</b> – O mercado potencial para produtos oriundos de SAFs . . .	<b>15</b>
----------------------------------------------------------------------------	-----------

<b>Grupo III</b> – Segurança alimentar e SAFs. ....	<b>19</b>
-----------------------------------------------------	-----------

<b>Grupo IV</b> – Crédito e serviços ambientais .....	<b>24</b>
-------------------------------------------------------	-----------

<b>Grupo V</b> – Harmonização da legislação conservacionista com os requisitos para o desenvolvimento rural sustentável .....	<b>28</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

# Lista de Siglas

**ABDL** – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças  
**AdaT** – Amigos da Terra – Amazônia Brasileira  
**AMA** – Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise  
**Amaci** – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre  
**Arpa** – Projeto Áreas Protegidas  
**Ashoka** Empreendedores Sociais  
**Assema** – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão  
**Ater** – Assistência Técnica e Extensão Rural  
**Avina** – Fundação Suíça pelo Meio Ambiente  
**Cepema** – Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente  
**Ceplac** – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
**CNPFF** (Embrapa) – Centro Nacional de Pesquisa de Florestas  
**Conab** – Companhia Nacional de Abastecimento  
**Conama** – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
**Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**Fanep** – Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense  
**Fase-PA** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
**Fema-MT** – Fundação Estadual do Meio Ambiente – Mato Grosso  
**Finatec** – Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos  
**FNMA** – Fundo Nacional do Meio Ambiente  
**FPH** – Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de L’Homme  
**Funai** – Fundação Nacional do Índio  
**Fundação Rureco** – Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná  
**GTA** – Grupo de Trabalho Amazônico  
**GTZ** – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Cooperação Técnica Alemã)  
**Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**Icraf** – Centro Mundial de Agroflorestas  
**IDSM** – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

**IEB** – Instituto Internaciona de Educação do Brasil  
**IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura  
**Inpa** – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
**ISPAN** – Instituto Sociedade, População e Natureza  
**MAP** – Madre de Dios, Acre, Pando  
**Mapa** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MIQCB** – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**PDA** – Projetos Demonstrativos Tipo A  
**PDPI** – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas  
**PNF (MMA)** – Programa Nacional de Florestas  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPTAL** – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal  
**Proambiente** – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia  
**Prodatab** – Projeto de apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil  
**Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**Proter** – Programa da Terra  
**Rebraf** – Instituto Rede Brasileira Agroflorestal  
**SAF (MDA)** – Secretaria de Agricultura Familiar  
**SBF (MMA)** – Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
**SCA (MMA)** – Secretaria de Coordenação da Amazônia  
**SDS (MMA)** – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável  
**SDT (MDA)** – Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
**TNC** – The Nature Conservancy of Brasil  
**Udesc** – Universidade do Estado de Santa Catarina  
**UFMT** – Universidade Federal do Mato Grosso  
**UFRRJ** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina  
**UnB** – Universidade de Brasília  
**Usaid** – The US Agency for International Development







# Apresentação

*Peter H. May, PhD*

Secretário-Executivo da Rebraf

Os sistemas agroflorestais (SAFs) constituem alternativas de uso da terra, consorciando culturas agrícolas ou pastagens com espécies florestais. Na sua grande maioria, as ONGs brasileiras voltadas para o desenvolvimento rural estão difundindo o uso de SAFs com reflexos positivos sobre a renda familiar, a recuperação de terras degradadas e a geração de serviços ambientais. A adoção de SAFs no Brasil continua crescendo. Porém, apresenta uma série de falhas, as quais, para serem corrigidas, requerem maior apoio financeiro e medidas inovadoras nas políticas públicas.

Com o objetivo de definir estratégias participativas para acelerar e aprimorar o desenvolvimento agroflorestal – principalmente no âmbito da agricultura familiar –, dando prioridade a critérios e diretrizes que devem governar as políticas públicas e as estratégias de apoio financeiro, realizou-se o seminário nacional “Políticas Públicas e Financiamento para o Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil”, entre os dias 18 a 20 de agosto de 2004, em anfiteatro da Finatec, no campus da Universidade de Brasília. O evento, que contou com recursos patrocinados pela Fundação Ford e pela Fundação Charles Mayer pelo Progresso do Homem (FPH), foi uma iniciativa do Instituto Rede Brasileira Agroflorestal (Rebraf), em parceria com o Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise (AMA), do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, vinculado à Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e com o Centro Mundial de Agroflorestas (Icraf).

O seminário foi composto por cinco mesas, cada uma delas formada por um coordenador – função desempenhada por um indivíduo fortemente envolvido com a implantação de práticas agroflorestais ou alternativas de uso do solo junto a produtores rurais – e por executores de programas governamentais e de financiamento. Ao coordenador coube fazer uma breve apresentação dos problemas que os produtores rurais enfrentam quanto ao acesso e à utilização de programas de política e fomento governamentais – nacionais e internacionais – destinados àquelas práticas e ao grupo alvo em causa. A apresentação dos coordenadores foi seguida por painéis, nos quais os

executores de programas governamentais e de financiamento debateram idéias sobre como estes programas podem se tornar mais acessíveis e eficazes.

Os temas abordados e os coordenadores dos respectivos painéis foram os seguintes:

- 1) Políticas e financiamento necessário para dar suporte às parcerias em pesquisa, extensão, assistência técnica e documentação agroflorestal (coord: Jorge Luiz Vivan, Rede SAFs Mata Atlântica);
- 2) Beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais (coord: Luiz Villares, AdaT);
- 3) SAFs e Segurança Alimentar no meio rural (coord: Maria Adelina Souza, MIQCB);
- 4) Crédito rural, compensações para serviços ambientais, apoios financeiros (coord: Raul Couto, Fase-PA);
- 5) Revisão de dispositivos legais que afetam a viabilidade de SAFs e o uso adequado do solo rural (coord: Jean Dubois, Rebraf).

Após amplo debate entre membros dos painéis e integrantes da platéia, composta ao todo de 72 representantes de diversas organizações governamentais, de pesquisa e ONGs do Brasil, América Latina e Europa (ver lista de participantes no CD-ROM), seguiu-se a formação de grupos de trabalho temáticos visando a produção de diretrizes concretas e viáveis capazes de acelerar e otimizar o desenvolvimento agroflorestal no Brasil.

Nesta publicação, apresentamos os principais resultados dos trabalhos dos grupos do seminário, e as recomendações para próximos passos nessa direção.

Rio de Janeiro, novembro de 2004.

# Grupo I

## Parcerias para o desenvolvimento de SAFs

**Moderador:** *Jorge Luiz Vivan – UFSC/Consaf*

**Participantes:**

*Amintas Lopes da Silva Junior – Instituto Mamirauá/AM*

*Aurélie Bauer – Estagiária Rebraf/França*

*Ernesto Rãez Luna – MAP/Peru*

*Guilherme Florian – Udesc*

*José de Lima Yube Kaxinawá – Amari/AC*

*José Fernando dos Santos Rebello – Flona Tapajós/Flona Xingu/Ibama*

*Marcos Pellegrini Coutinho – MMA/SBF/PNF*

*Moacir José Sales Medrado – Embrapa Florestas*

*Rita de Cássia Gonçalves Fiai – Fema/MT*

### Entraves

**1. “Participação excludente” de grupos subjacentes numa parceria entre agentes que detêm poder desigual no relacionamento.** Diferenças estruturais garantem acesso a recursos por parte das entidades maiores ou mais bem vinculadas politicamente, ou que estejam mais bem estruturadas em termos técnicos. Diferenças estruturais garantem acesso a recursos por parte das entidades maiores e levam os financiadores a ignorarem grupos sociais isolados, não organizados ou sem acesso às redes. As parcerias terminam deixando para trás as entidades que têm menor capacidade para levar a cabo as ações previstas. Ressalta-se esse tipo de defasagem, principalmente, entre populações tradicionais e populações indígenas.

**1.1 Transparência e visibilidade de informações e ações.** Falta de mecanismos de interlocução entre órgãos públicos e organizações sociais. As estruturais sociais, de modo geral, não estão estruturadas para permitir o compartilhamento efetivo da informação entre diferentes corporações, Estado e sociedade, e na sociedade de modo geral.

**1.2 Existência de níveis desiguais de participação e protagonismo.** A desigualdade (entre agentes externos e comunidades, entre organizações governamentais e ONGs) deve ser assumida por ambas as partes. Ela deve ser superada no compromisso que se constrói da própria gênese do projeto (editais, temas).

**1.3 Adequação de linguagem.** Refere-se tanto ao uso indiscriminado de uma linguagem corporativa no processo de concepção e administração de projetos, como das diferenças de lógicas em diferentes linguagens. Cada cultura tem sua linguagem, à qual está relacionada uma estrutura lógica. Assim, quando da formulação de projetos, essas diferenças criam grandes descompassos entre expectativas, conceitos e projetos dos distintos grupos envolvidos.

**2. Fragilidade institucional das pequenas organizações.** Considera a falta de estrutura das organizações para fazer frente às exigências burocrático-administrativas, bem como a falta de apoio financeiro para criar e manter essa estrutura. Muitos fundos não custeiam a parte contábil e muitas instituições têm sérios problemas nessa área, e falta apoio financeiro e técnico para criar, consolidar ou reformular as instituições de base.

**2.1 Complexidade e morosidade no padrão de trâmite burocrático e de organização institucional.** O “tempo burocrático” ignora a dinâmica socioambiental, ciclos ecológicos e agrícolas, bem como os tempos das populações locais. Ciclos de financiamento raramente levam em conta essas dinâmicas, o que deve ser reavaliado na concepção de editais, tempos de financiamento e mesmo sistemas de avaliação.

**3. Os sistemas de informação e fluxo de informação são desiguais entre os parceiros.** É necessária a construção de um foco compartilhado sobre o tema da parceria. Uma linguagem comum, construída sobre compromissos reais com as populações locais é o ponto de partida para estabelecer um diálogo. O seu estabelecimento deve ser estimulado durante o processo prévio de elaboração de um projeto, com base nesses compromissos. Os sistemas atuais potencializam quem tem possibilidade de compreender e acessar a linguagem e a informação, aumentando a exclusão de atores despreparados.

**4. Indefinição do papel das organizações governamentais e não-governamentais na pesquisa e levantamento de dados.** Esse processo leva à existência de “universos paralelos de informação”, e a uma ignorância mútua sobre o fluxo de informação: quem está fazendo o quê, e como está fazendo? Isso resulta em muitos casos de sombreamento, repetição de trabalhos e mesmo competição pelas mesmas fontes de recursos, quando um sistema de redes complementares poderia potencializar recursos e capacidades.

Um fator levantado pelo Grupo de Trabalho 5 (“Dispositivos Legais”), é que há, em geral, uma insuficiência de capacidade da Assistência Técnica Rural formal para viabilizar a difusão dos SAFs em

escala maior, considerando a combinação de dois fatores: (1) a dimensão continental do Brasil; (2) recursos orçamentários destinados para esses serviços, sua capacitação e infra-estrutura.



## Oportunidades

**1. No âmbito global**, há um clima favorável para realização de parcerias entre governo, sociedade organizada e agricultores, visando o desenvolvimento de sistemas agroflorestais. Há um debate mundial sobre o papel que a agricultura tem nos Sistemas de Uso da Terra e na paisagem como um todo, e que papel os SAFs poderiam desempenhar no futuro do planeta e no futuro da sobrevivência da sócio e biodiversidades.

**2. A situação política do país** mostra uma disputa por modelos de desenvolvimento rural com envolvimento de diferentes escalões da representação política, desde a esfera municipal até o nível federal. Nunca ficou tão claro que existem vias de desenvolvimento diferentes e que existe uma disputa política dentro do perfil de poder nacional (e no próprio governo) sobre qual modelo deve ser utilizado pela sociedade. Nunca foi tão evidente o momento de a sociedade organizada tomar parte ativa na geração de propostas.

**3. No âmbito mais localizado**, são as experiências concretas, seja de recursos, capacidades e sistemas de uso da terra baseados em SAFs em funcionamento. Com respeito à disponibilidade de recursos, existem atividades e experiência acumulada em iniciativas de base local que poderiam impulsionar políticas públicas mais ousadas. Nesse contexto e suas interações, existem capacidades individuais desenvolvidas em acúmulo de habilidades fundamentais (técnicas, gerenciais, relacionais) que poderiam ser potencializadas. Finalmente, existem capacidades institucionais desenvolvidas, as quais poderão ser potencializadas pela criação e articulação permanente de organizações e indivíduos criativos em redes e movimentos organizados.

**Os grupos de trabalhos interministeriais** fazem parte desse processo social favorável. Se existe um debate por modelo de desenvolvimento, tal debate está acontecendo também nesses grupos, e é onde o exercício de consenso e mesmo de disputa estará acontecendo no plano político. Esse espaço também oportuniza os sistemas agroflorestais, uma vez que estes precisam de uma abordagem interdisciplinar e, portanto, de um arranjo político-institucional compatível se o objetivo é o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a diversidade e a complexidade social, ecológica e econômica.

## Propostas

**1. Apoio para a consolidação e compatibilização de informação e redes de informação.** Recursos complementares e pessoal capacitado devem ser previstos e mobilizados para essa atividade de apoio. Para os grupos interessados em promover a adoção de SAFs participarem dos processos de definição de políticas, precisaremos de pessoal capacitado e previsão de recursos de apoio para a consolidação e compatibilização de informação e redes de informação. Uma vez fortalecidas e compatibilizadas, as redes locais e regionais poderão ser conectadas às redes nacionais e internacionais. Isso aumentará sua visibilidade e transparência, bem como sua capacidade de enraizamento nas lógicas locais e regionais de desenvolvimento. Nesse contexto, aumenta a transparência e a capacidade de autocrítica, na medida em que a circulação crítica de informação pode enriquecer cada componente da rede.

**2. Balcão de ofertas e demandas de parcerias para SAF/Desenvolvimento Rural Sustentável.** No curto prazo, devem ser relacionados e divulgados os projetos em andamento e as demandas de conhecimentos individuais e parcerias institucionais, promovendo o intercâmbio tanto de capacidades como de experiências. Para isso, devem ser previstos recursos e logística, visando coordenar e facilitar o processo. No âmbito deste seminário, foram levantadas várias possibilidades de oferta e demanda de parcerias, intercâmbios e colaborações, algumas já acertadas. Porém, para que esse ambiente seja institucionalizado num espaço virtual, são fundamentais: pessoal qualificado, infra-estrutura e espaço físico de operação. Essa “interface facilitadora de redes“ poderia qualificar e consolidar rapidamente muitas atividades e projetos em andamento.

**3. “Financiamento do projeto do projeto”.** Os editais devem incorporar a necessidade de uma etapa prévia (denominada aqui de “o projeto do projeto”), a qual permitiria às populações participarem de modo efetivo na concepção e lógica do projeto, aumentando a inclusão social e a sua eficácia. Se considerarmos, por exemplo, o PDPI (PDA para Povos Indígenas), a distância entre aldeias e os parques recursos das organizações (geralmente indígenas) que irão elaborar os projetos implica que os projetos sejam cada vez mais pobres em participação na sua concepção e, assim, menos qualificados e participativos na sua execução.

## Perguntas e Intervenções

**Jean Dubois (Rebraf)** – Eu gostaria de dar um exemplo de parcerias. A Rebraf tem parcerias com dois projetos com senso da Embrapa. Exige paciência dos dois lados, principalmente do lado da ONG, mas com o passar do tempo e da convivência decorre uma evolução de ótica de parte dos pesquisadores, do centro de pesquisa. É muito importante colocarmos o pesquisador num ambiente diferente da pesquisa tradicional. Para a Rebraf, foi muito importante também porque pegamos um fundo de informação que pode ser traduzido de forma mais simples em projetos realizados para agricultores. São projetos que são desenvolvidos com recursos chamados Prodetab, que exigem que a Embrapa trabalhe em parceria, seja com universidade seja com ONG.

**Interventor não identificado** – Queria reforçar aquela questão colocada anteriormente sobre as parcerias entre os próprios ministérios, porque, na verdade, os ministérios são como caixinhas, pouco se relacionam. A apresentação do Vital Carvalho, do MDA, foi importante porque está se abrindo a possibilidade de uma carteira de projetos, o que inclui o Ministério do Desenvolvimento Social, o MDA – que tem pelo menos três secretarias –, e o Ministério do Meio Ambiente também está participando. A possibilidade de os ministérios conversarem entre si é, no mínimo, muito importante. Caso contrário, há uma parte financiando projeto pela Ater, mas não há recurso para os agricultores. Os ministérios também têm que conversar para pensarem projetos conjuntos de desenvolvimento mais integrados. Se não, restarão particularizações sem andamento dos projetos em si.

**Jorge Vivan** – Só um comentário a respeito disso. No lado das ONGs e de outras fontes de financiamento, há três programas: o programa da ABDL de liderança para desenvolvimento sustentável, o programa da Avina, que financia pessoas e projetos, e a Ashoka, que financia pessoas com liderança e uma orientação de empresário “social”. As três organizações haviam começado um diálogo de potencialização de ações. Essas são iniciativas bastante tímidas ainda. Imagino que as ONGs teriam papel bastante grande a cumprir no sentido de organizarem-se em rede para potencialização de ações.

**Jean Dubois** – Acrescento outra dimensão na situação de parceria. Apesar de referirmos-nos sempre à Rebraf, temos a presença de participantes de outros países, da Bolívia e do Peru, e sem dúvida há muito que se ganhar na parceria dentro da América do Sul. É lógico que depende muito da região onde se trabalha, por exemplo: se no Sul, natural que se faça parceria com a Argentina, o Paraguai; se na Amazônia, com os países vizinhos etc. Sugeriria, enfim, sempre que possível buscar oportunidades de colaboração com os países vizinhos.



**Jorge Vivan** – Já existe um ambiente para isso na parte de fronteira, de corredores biológicos e de sociodiversidade, principalmente na Amazônia, envolvendo, por exemplo, a Província de Madre de Diós (Peru), Província de Pando (Bolívia) e Acre. Contudo, este tipo de iniciativa poderia se estender para toda a região fronteiriça e potencializar muita coisa interessante.

**Interventor não identificado** – Gostaria de colocar, também com relação a essas parcerias, a proposta de evitar trabalhos e pesquisas repetitivos, ainda que sejam em áreas de pequenos produtores, nas áreas das próprias instituições, sejam oficiais ou não. Evitaria que a Embrapa, Ceplac, Inpa, e outras instituições aplicassem a essas pesquisas em áreas agroflorestais o mesmo modelo. Se gasta dinheiro sem retorno posterior para o produtor que lhe seja mais relevante. A possibilidade de verificar a relação dos trabalhos que estão sendo feitos é importante e otimiza os recursos. Quando se lança, por exemplo, o molde colocado aqui de uma parceria de rede para acompanhamento na internet com várias associações e atores, ele acaba utilizando trabalhos anteriores que já têm alguma referência, que podem contribuir para o presente modelo. Deve-se evitar a possibilidade de que se faça repetidamente.

**Jorge Vivan** – O pessoal está reforçando que o sistema de informação e fluxo de informação começa a gerar este mapa. Nós temos a proposta do balcão de ofertas e demandas, que mostra quem está aberto a essa parceria de modo voluntário. Contudo, caso haja um grupo interministerial trabalhando na questão do desenvolvimento, essas atividades poderão, então, ser monitoradas e mesmo serem cobradas em relação a parcerias. O mecanismo do Prodetab já faz isso, de certa maneira, ainda que dentro de uma interface extremamente burocrática. Ainda assim, é uma iniciativa no sentido de forçar esse fluxo maior, e penso que estamos num caminho interessante.



## Grupo II

# O mercado potencial para produtos oriundos de SAFs

**Moderadora:** *Maria Adelina Chagas (Dada)* – MIQCB

**Participantes:**

*Adalberto Alencar* – Cepema

*Bianca Ferreira Lima* – Instituto Mamirauá

*Cristine Branco* – Amigos da Terra – Amazônia Brasileira

*Guillermo Rioja Ballivián* – Universidad Amazonica del Pando

*Helena Gomes da Silva* – MIQCB

*Luciana de Oliveira Rosa Machado* – PPTAL/Funai

*Luis Carlos Servulo de Aquino* – PNF/SBF/MMA

*Marcos Pellegrini Coutinho* – PNF/SBF/MMA

*Maria Elena Ferreira da Silva* – IEF/RJ

*Maria José Gontijo* – IEB

*Maria Querobina da Silva Neto* – MIQCB

*Mariella Uzêda* – Instituto BioAtlântica

*Michelliny Bentes Gama* – Embrapa-RO

*Natal João Magnanti* – Centro Vianeí

*Raimundo Cajueiro Leandro* – Inpa

*Robert Miller* – Agência de Cooperação Técnica a Programas Indígenas e Ambientais

*Roberto Porro* – Icrat/Ciat

*Wilfrid Pineau* – Pró-Natura International

### Entraves

**1. A falta de capital de giro ou o custo desse crédito é incompatível com escala de produção da SAF.** Associações e cooperativas não têm o capital para pagar o associado por sua produção mediante a entrega, induzindo uma preferência natural para comercialização terceirizada, ou seja, via intermediário com pagamento mediante entrega, gerando lucro reduzido. A ausência de linhas de crédito específicas para impulsionar a fase inicial da comercialização cria um efeito cíclico, no qual a necessidade de “venda casada” inviabiliza a exploração de formas mais

lucrativas de comercialização. A falta de um *overhead* capaz de suprir os gastos diretos com a produção inicial aumenta a fragilidade estrutural das associações.

**2. Falta de acesso à matriz energética.** Buscar introduzir produtos beneficiados capazes de agregar valor à matéria bruta está diretamente vinculado à utilização de maquinário, via de regra movido à energia elétrica, fator limitante para o pequeno produtor. As associações, em geral, sofrem com total falta de acesso à infra-estrutura mínima, não raro sujeita a oscilações de voltagem. Isso dificulta o estabelecimento de uma linha de produção confiável, de qualidade constante e com prazos de entrega sistemáticos.

Nesse contexto, observa-se a formação de inúmeros obstáculos (políticos, técnicos e financeiros) para a comercialização de produtos beneficiados, competitivos e de qualidade, tornando pouco atrativo lançar linhas de comercialização independentes.

Entende-se que, na atual situação político-financeira, o pequeno produtor de SAFs não dispõe de condições mínimas para a comercialização direta de seus produtos, fator que estimula a concentração de mercado.

**3. Necessidade de identificação prévia e clara de potenciais mercados para produtos dos SAFs.** Acesso a informações sistematizadas e consolidadas sobre mercado potencial para produtos oriundos de SAFs (por micro, meso e macrorregiões) é uma forma objetiva de fortalecer a comercialização via associação e/ou cooperativas de pequeno e médio porte.

De posse de informações fidedignas, tecnicamente embasadas, há maior possibilidade de incentivar mecanismos de crédito para a fase ‘preparatória à comercialização’, dentro de um sistema de responsabilidade compartilhada produtor/técnico/órgão de fomento. Essa responsabilidade tripartite gera um compromisso entre os pólos ativos e passivos, onde tanto os lucros como os prejuízos poderiam ser compartilhados. Embora a margem de lucro seja mínima, assegurar o compromisso técnico com a escolha adequada de culturas a serem desenvolvidas gera confiabilidade para os possíveis órgãos de fomento. Vale lembrar que o componente arbóreo é um investimento de médio a longo prazo. Assim, deve ser bem planejado para evitar problemas, de acordo com o potencial do mercado e do consumo local.

## Oportunidades

- 1. A compra direta de produtos agroflorestais por meio da Conab e em feiras livres.**
- 2. Compras institucionais por prefeituras para abastecer merenda escolar, hospitais, creches. (Seria necessário, também, divulgar experiências já realizadas nesse sentido).**
- 3. Pronaf Florestas permite que se acumulem recursos com demais fontes de crédito, criando, assim, novas possibilidades de comercialização.**



## Propostas

### 1. Capital de giro

- 1.1. Instituir linhas de fomento, nos mesmos moldes do Pronaf, direcionadas especificamente para processos de beneficiamento e comercialização (específicas para a fase pós-colheita, não se limitando apenas à assistência técnica).
- 1.2. Incentivo indireto, por meio da redução de ICMS.
- 1.3. Estimular o consumo solidário intra-regional, ampliando o horizonte de comercialização.

### 2. Matriz energética

- 2.1. Estímulo à utilização de sistemas de energia alternativa (por exemplo: energia solar, energia eólica etc.).
- 2.2. Aproveitamento da produção dos pequenos produtores nos programas de estímulo à produção de biodiesel (pendente de análise técnica quanto à viabilidade).

### 3. Identificação de consumidores potenciais

- 3.1. Criar, junto às linhas de fomento, um mecanismo capaz de assegurar o acesso de informações confiáveis sobre o mercado consumidor, garantindo a competitividade e a rentabilidade da produção dos SAFs.
- 3.2. Instituir mecanismo de apoio ou fomento que propicie a divulgação em escala comercial dos produtos dos SAFs. A divulgação é muito importante, pois, ao informar o consumidor

sobre o diferencial dos produtos agroflorestais, pode-se estabelecer uma relação entre o produtor e um eventual comprador. Para isso, poder-se-ia criar uma rede ou “balcão virtual” de negócios capaz de fazer tal ligação. Outra forma de divulgação pode se dar através da participação dos produtores em feiras regionais e em exposições, onde possam apresentar seus produtos – esse tipo de divulgação, contudo, requer apoio específico.

3.3. Estabelecer mecanismo de divulgação via rede, de baixo custo, dos produtos beneficiados e da matéria-prima.

3.4. Estímulo à participação dos pequenos produtores e suas associações em feiras e exposições de âmbito nacional, para identificar e facilitar a comercialização tanto da matéria-prima como dos produtos já beneficiados pelas associações e cooperativas.

3.5. Mecanismo de apoio direcionado para a assistência técnica e para a padronização da apresentação dos produtos aos consumidores mediante o uso de embalagens e rótulos, atendendo às normas estabelecidas (por exemplo: normas sanitárias, informações sobre conteúdo nutricional etc.).

## Comentários

Quem consome os produtos agroflorestais, geralmente, é a classe média, como se observa em muitas feiras. São conhecidas experiências de venda direta para prefeituras – que os distribuem para escolas e creches –, nas quais os impostos cobrados pelos produtos fica sujeito a redução.

Entende-se que a divulgação ampla das possibilidades de comercialização de produtos com valor agregado, para mercados considerados ‘alternativos’, pode contribuir para o fortalecimento dos pequenos e médios produtores. Deve-se lembrar que ‘acesso à informação’ não se limita à publicação de ‘cartilhas’ cuja capacidade de disseminação e de assimilação é questionável.

## Grupo III

# Segurança alimentar e SAFs

**Moderadora:** *Maria Adelina Chagas (Dada)* – Coordenadora – MIQCB

**Participantes:**

*Adalberto Alencar* – Cepema  
*Bianca Ferreira Lima* – Instituto Mamirauá  
*Cristine Branco* – Amigos da Terra – Amazônia Brasileira  
*Guillermo Rioja Ballivián* – Universidad Amazonica del Pando  
*Helena Gomes da Silva* – MIQCB  
*Luciana de Oliveira Rosa Machado* – PPTAL/Funai  
*Luis Carlos Servulo de Aquino* – PNF/SBF/MMA  
*Marcos Pellegrini Coutinho* – PNF/SBF/MMA  
*Maria Elena Ferreira da Silva* – IEF/RJ  
*Maria José Gontijo* – IEB  
*Maria Querobina da Silva Neto* – MIQCB  
*Mariella Uzêda* – Instituto BioAtlântica  
*Michelliny Bentes Gama* – Embrapa-RO  
*Natal João Magnanti* – Centro Vianeí  
*Raimundo Cajueiro Leandro* – Inpa  
*Robert Miller* – Agência de Cooperação Técnica a Programas Indígenas e Ambientais  
*Roberto Porro* – Icrat/Ciat  
*Wilfrid Pineau* – Pro-Natura International

**Entraves**

**1. Destaca-se a ausência de um marco legal para SAFs, de abrangência nacional (i.e., Política Nacional de SAFs).** Observa-se que a adoção de tal marco legal deveria se traduzir no compromisso político do Estado, conferindo prioridade a políticas públicas para regulamentar particularidades pertinentes a SAFs, elevando-os à condição de componente basilar no combate à fome e à desnutrição no país.

**2. Observa-se uma fragilidade endógena no estabelecimento de salvaguardas da soberania nacional alimentar.** A segurança alimentar não está classificada como tema estratégico, integrante da questão ‘Defesa Nacional’, fundamental para a garantia da soberania alimentar. Entende-se que assegurar a segurança alimentar da população é dever do Estado.

**3. Considera-se que, ao não integrar o elenco de prioridades nacionais, a falta de fomento às pesquisas técnico-científicas focadas no fortalecimento de mecanismos de produção de alimentos para autoconsumo, sob a dinâmica de Sistemas Agroflorestais, acaba por agravar a dinâmica do ciclo composto por pobreza, miséria, desnutrição, altos índices de evasão escolar e desemprego.** Lembra-se que esse fator acaba elevando os índices de pobreza rural e desnutrição no campo (especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país).

Adotando-se políticas públicas, com especial ênfase na geração de conhecimento e informação técnico-acadêmica aplicável às particularidades dos pequenos produtores rurais – especialmente os produtores de baixa renda – e observando-se as peculiaridades regionais, étnicas e culturais de cada localidade inicia-se um programa eficaz de combate à fome e à pobreza, fundado sobre os princípios da dignidade e do direito à cidadania. Deve-se lembrar, por oportuno, que as pesquisas efetuadas pela Embrapa são direcionadas aos grandes produtores.

O destaque conferido ao entrave apontado neste item estende-se à precariedade da assistência técnica na escolha das culturas e sementes para as lavouras, adequadas às condições climáticas, étnicas e culturais de cada localidade. Considera-se que a escolha inadequada de sementes é uma das conseqüências da baixa prioridade atribuída às pesquisas para desenvolver sementes crioulas de qualidade, de fácil acesso e em quantidade suficiente para suprir o mercado nacional.

**4. Entende-se que as metodologias atuais, adotadas nos programas de saúde pública e de assistência social, apresentam-se inadequadas.** Assim sendo, enfatiza-se a ineficácia da disseminação de informação de fácil assimilação, sobre educação alimentar, limpeza e higiene, e práticas elementares de economia doméstica, visando otimizar o uso de insumos regionais na alimentação, adequados ao paladar e adaptáveis aos costumes culinários de cada comunidade. Deve-se incluir aí o estímulo à introdução de novas culturas agrícolas, de alto valor nutricional, palatáveis e adaptáveis aos hábitos locais, aumentando a variedade de alimentos que integram o cardápio alimentar.

**5. Observa-se, ainda, a ausência de componente específico no Programa Fome Zero que confira prioridade nacional para a implementação de SAFs, visando primeiramente a auto-suficiência alimentar de cada núcleo familiar.** Considera-se que, em decorrência disso, não houve a mobilização necessária do sistema financeiro para disponibilizar linhas de fomento capazes de tornarem os SAFs economicamente viáveis.

Ressalta-se que, conseqüência direta da falta de linhas de fomento específicas para produção agroflorestal de pequenos produtores rurais, há um estímulo indireto à concentração de terras (muitas

vezes, por meio de grilagem) para o plantio de monoculturas em grande escala, nem sempre observando os princípios da sustentabilidade socioambiental. Como exemplo, pode ser mencionado o caso de Tucuruí, na região da rodovia Transamazônica, no Pará, onde 90% do financiamento do Pronaf foi utilizado para a implementação da bovinocultura, segundo relatou um dos participantes deste Grupo de Trabalho.



## Oportunidades

**Reconhecem-se os avanços realizados para abrir novas linhas de crédito no Pronaf (e.g., o Pronaf-Mulher) que atendam demandas específicas.** O Pronaf Florestal também se destaca como avanço na elaboração de políticas públicas para SAFs.

**No que se refere às comunidades de quilombolas, entende-se que o Programa Fome Zero impulsionou o trabalho de atendimento aos núcleos rurais onde vivem populações remanescentes de quilombos.** Sabe-se da existência de aproximadamente 743 comunidades quilombolas em todo o Brasil, das quais 36 já receberam o título de posse da terra. Além do reconhecimento, identificação e titulação das terras de quilombos, firmou-se convênio com a Fundação Cultural Palmares para levar saneamento básico àquelas comunidades. Desse modo, asseguraram-se os meios para que aquelas comunidades possam promover, parcialmente, sua segurança alimentar.

## Propostas

**1. Criar um marco legal, capaz de atender a necessidade de instituir uma política de segurança alimentar, que inclua o acesso a alimentos.** Entende-se que, num segundo momento, esse marco legal poderá se estender às ações no campo do abastecimento e da comercialização. Enfatiza-se que implementar políticas públicas de combate à pobreza, à miséria, à fome e à desnutrição atende ao objetivo principal que é viabilizar a produção sustentável de alimentos saudáveis, tradicionalmente consumidos pela população local, vis-à-vis a dinâmica tradicional da cultura agrícola em sistema familiar – ou seja, produção primeiramente destinada para o autoconsumo.

**2. Assegurar linhas de fomento que viabilizem a necessidade de produção de alimentos, dando prioridade absoluta à produção para autoconsumo de famílias rurais.** Considera-se que este é um marco político fundamental no atendimento das necessidades primárias de alimentação, nutrição, minimização da miséria, da pobreza e da degradação social. Essas propostas pressupõem que os mecanismos de fomento tenham vinculação com a comprovação prévia de regularização fundiária, evitando-se, dessa forma, a concentração de terras e o incentivo às monoculturas.

**3. Elevar a questão de “soberania alimentar” ao status de política pública de prioridade nacional número 01, observando-se o direito democrático dos povos de definir suas políticas alimentares, baseadas em critérios sócio culturais e étnicos, que garantam o acesso a uma alimentação saudável e nutritiva.** Deve-se lembrar, por pertinência, que este é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Acredita-se que, se tal conduta for adotada, *a abordagem política e institucional do Programa Fome Zero será a de tornar as comunidades e os produtores de SAFs auto-suficientes*, evitando investimentos sem retorno em políticas de ‘doação de alimentos’, que não preparam os beneficiários para alcançarem a sustentabilidade alimentar, econômica e ambiental.

**4. Investir em políticas públicas, de médio e longo alcance, é primordial para assegurar um desenvolvimento nacional sustentável, sob todos os aspectos.** Para tanto, a segurança alimentar deve fazer parte integrante do projeto de soberania nacional, pois pressupõe estratégias agroalimentares comprometidas com as especificidades do nosso país. Segundo entendimento manifesto de Roberto Porro, do Icrاف, é importante assegurar a participação das populações tradicionais na definição de políticas públicas de SAFs, buscando adequar as propostas técnicas às necessidades locais.

**5. Entende-se que, para abordar a questão da desigualdade social, da desnutrição e do desconhecimento de formas de aproveitamento de insumos alimentares diversos, é preciso incluir políticas públicas direcionadas para a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização dos consumidores.** Ao aumentar o leque de produtos agrícolas consumidos pelos produtores rurais de SAFs, necessariamente há um aumento na qualidade nutritiva da alimentação, propiciando um incremento na qualidade de vida local. Destaca-se ainda que, essa prática, ao longo do tempo, tende a reduzir a demanda por alimentos suplementares, distribuídos atualmente em caráter emergencial.

**6. Vincular os mecanismos de fomento à pesquisa técnico-científica às necessidades nacionais de criar referenciais teóricos e científicos sobre SAFs; cultivo de culturas adequadas às peculiaridades regionais; mecanismos para incrementar os sistemas produtivos de SAFs; e meios de potencializar, com baixo custo, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais de cada região.**

Ao criar um sistema de fomento para programas de pesquisas, diretamente condicionado à produção de propostas viáveis de políticas públicas locais, regionais e nacionais, por meio do qual se apresentam soluções para problemas concretos do sistema produtivo em SAFs, assegura-se a



*retribuição social dos investimentos feitos pela sociedade, por meio do pagamento de impostos (i.e., considerando-se que linhas de fomento para aprimoramento acadêmico e pesquisa são pagos com dinheiro oriundo dos cofres públicos, nada mais justo que direcionar os investimentos para atender as necessidades prementes da população, assegurando o desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo do país).*



**7. Outro viés dessa mesma proposta é a inegável necessidade de integração das universidades, instituições de pesquisas e sociedade civil para definir uma agenda de pesquisa e do currículo universitário direcionado às necessidades do pequeno produtor.**

Apresenta-se como primeiro passo o estímulo à articulação entre os departamentos de Engenharia Florestal e de Agronomia, por se considerar que os sistemas agroflorestais constituem uma temática de caráter transversal.

Outro aspecto fundamental é vincular o estágio profissionalizante ao treinamento e à capacitação dos pequenos produtores no campo, por estudantes universitários das mais diversas áreas temáticas de estudo.

Não se pretende entrar no mérito da questão de cotas nas universidades, que se apresenta bastante polêmica no âmbito deste Grupo de Trabalho, mas se for dada continuidade à prática protecionista de cotas, sugere-se que sejam criadas cotas para pequenos agricultores e filhos de agricultores.

**8. Entende-se como de grande importância a implementação de redes de sementes crioulas, para tentar quebrar o monopólio das grandes empresas multinacionais, produtoras de sementes.** Vincula-se a essa proposta específica a criação de uma política de estímulo tecnológico, de fomento para linhas de produção local de sementes crioulas e de assistência técnica no campo. Especificidades sobre uma proposta de política de agrobiodiversidade foram apresentadas por Paulo Kageyama (MMA/SBF) neste seminário.

**9. Entende-se como uma grande oportunidade para toda a comunidade rural a implementação em escala da prática do “Quintal Escola”.** Adotar essa política significa disponibilizar um local de atuação oportuno para a disseminação dos SAFs. Inicialmente, a atuação seria focada na melhoria dos hábitos alimentares dos alunos e da comunidade. Ao mesmo tempo, o local seria aproveitado para a introdução de novas espécies de interesse e de conservação das populações tradicionais, bem como para a realização de treinamento e assistência técnica aos familiares dos alunos.

# Grupo IV

## Crédito e serviços ambientais

**Moderadora:** *Mariella Uzêda* – Instituto BioAtlântica

**Participantes:**

*Carlos Alberto Passos* – UFMT

*Raul C. Couto* – Fase/PA

*Carlos R. Azevedo* – Fundação Rureco

*Marcelo A. M. Vasconcelos* – Fanep

*Miguel Henrique P. Silva* – Assema

*Raimundo Cajueiro Leandro* – Inpa/RO

### Resumo

- Apesar dos SAFs terem mérito reconhecido sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais, não possuem notoriedade no cenário atual quanto ao crédito, o que dificulta a adoção desses sistemas. O crédito se torna um empecilho apesar de reconhecermos os benefícios que os SAFs trazem.
- Formas diferenciadas de crédito para os SAFs por meio do reconhecimento dos seus serviços ambientais podem constituir uma via para a sustentabilidade desses sistemas.
- Muitos dados produzidos sobre SAFs estão em linguagem pouco acessível devido à pequena interatividade entre os setores de pesquisa, extensão e produtores.

### Principais Entraves

**1. O banco aceita financiamentos específicos para produtos e não para a unidade produtiva como um todo.** Para viabilidade dos SAFs ou para planejamento sustentável de uma unidade produtiva, é muito complicado propor o financiamento de uma única parcela, pois passa-se a ter uma contabilidade individualizada por parcela dentro de sua unidade produtiva. O ideal seria que o banco aceitasse o financiamento da unidade de produção familiar.

**2. Não existem recomendações técnicas que sejam fundamentadas o suficiente, que tenham base em pesquisa e validação de experiência prática, as quais permitiriam uma aceitação, pelos bancos, de técnicas e práticas ligadas aos SAFs.** As recomendações

técnicas vinculadas à aprovação de crédito vêm dos centros de pesquisa, onde não há validação do conhecimento empírico.



**3. Inexiste intercâmbio ou interlocução entre o produtor – que possui o conhecimento empírico – e os centros acadêmicos que poderiam colaborar com a validação desse conhecimento.**

**4. Existe um problema de comunicação entre os gestores, a política de créditos e os agentes intermediários, tais como bancos, Ater e pesquisa, e o crédito vinculado.** Às vezes, o crédito existe, mas os potenciais tomadores não sabem de sua existência e nem como funciona. Então, há um problema de comunicação. As oportunidades podem existir, mas as pessoas não sabem como aproveitar ou sequer passam a conhecer essas oportunidades.

**5. O crédito está vinculado a uma série de tecnologias, as quais nem sempre são conhecidas pelo agricultor.** Por exemplo, há produtores que “tomam” empréstimos, compram todos os agroquímicos e sequer os utilizam por não acreditarem no método. No entanto, existe um compromisso com o banco, pois o mesmo acredita que a aquisição de tais produtos está associada à redução de risco de produtividade, o que está vinculado a um conhecimento produzido exclusivamente por centros de pesquisa ou pela academia.

**6. Finalmente, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Integração Nacional possuem políticas contraditórias em relação à produção familiar, ou seja, a tão falada transversalidade não ocorre de uma forma tão completa como gostaríamos.**

## Oportunidades

**1. Hoje, temos um cenário que se mostra positivo com respeito às oportunidades existentes para a implementação das políticas públicas.** Com o surgimento do Proambiente, proposta surgida das bases produtivas, corrobora-se a compensação dos serviços ambientais, e isto está sendo discutido favoravelmente dentro do governo, inclusive para difusão em nível nacional. Sua forma de funcionamento, partindo da organização de base e do conhecimento empírico dos agricultores, permite que hoje se crie um outro formato de crédito e também de remuneração por serviços ambientais, o que valida o conhecimento empírico fundamentado em comprovação científica na associação entre usos do solo e serviços ecossistêmicos.

**2. Existe uma rede de experiências em SAFs desenvolvida com o envolvimento de diversos atores locais e apoiado pelo FNMA, consistente com prioridades governamentais.** Essas redes ainda estão dispersas. O empenho da Rebraf vai permitir uma interlocução entre essas redes e a documentação de experiências em SAFs, o que pode fortalecer a aceitação de técnicas agroflorestais pelos órgãos de financiamento.

**3. Apesar da transversalidade não ocorrer plenamente, há uma conjuntura política favorável.** Ou seja, existe um foco na agricultura familiar e existem ações interministeriais que estão articuladas.

## Propostas

**1. Definição de um protocolo mínimo de princípios ou indicadores consensuais entre produtores e pesquisadores com referência à implantação e à manutenção de SAFs, contemplando aspectos voltados para a qualidade de vida, desempenho econômico e serviços ambientais.** A intenção é promover o encontro de pessoas que já trabalham com esse tipo de interlocução. As experiências já existem; não se está partindo do zero. Assim, poder-se-ia construir um projeto coletivo entre esses diversos atores para o desenvolvimento de protocolo mínimo, no sentido de que haja um embasamento para que os bancos e até mesmo os créditos vinculados possam monitorar riscos e validar os projetos. A partir desses princípios, o produtor poderia planejar a sua unidade produtiva. Os indicadores de serviços ambientais, na verdade, serviriam, assim, não apenas para remuneração direta por serviços, mas também para facilitação de créditos, planejamento pelo produtor etc.

**2. Implementação pelos agentes financeiros de uma política de crédito que permita ao produtor adotar arranjos espaciais e temporais mais flexíveis, e que haja uma abertura com relação ao uso de insumos.** Ligado aos princípios, serviços e produtos definidos mediante projetos amparados no protocolo descrito no item cima. Ou seja, o protocolo serviria para que o produtor estivesse muito mais próximo do técnico que prepara o seu projeto, não ficando à mercê deste.

**3. Expansão do Proambiente para outros biomas.** Embora esta seja uma idéia dos formuladores do programa, não se sabe muito bem como isso vai ocorrer. Existem formas diferenciadas de créditos para SAFs por meio do reconhecimento de seus serviços ambientais que podem constituir uma via para sustentabilidade desses sistemas. Embora o crédito constitua um gargalo, os serviços

ambientais e o reconhecimento destes podem servir para que SAFs se viabilizem e possam se multiplicar.



#### **4. Interlocução entre pesquisa, extensão e produtores rurais visando difundir conhecimentos.**

Existem muitos dados produzidos sobre SAFs, inclusive sobre indicadores e serviços ambientais, mas estão em linguagem pouco acessível devido à pequena interatividade entre os setores de pesquisa, extensão e produtores. É necessário que haja uma interlocução muito maior, tanto para os técnicos que elaboram projetos quanto para os produtores que utilizam o crédito. É necessário que a linguagem se flexibilize no processo da criação do protocolo e da leitura das experiências adquiridas.

### **Encaminhamentos**

#### **Propõe-se a constituição de uma rede para elaboração de um protocolo, unindo pesquisa, ONGs, produtores, Ater e ministérios, partindo-se de experiências já existentes.**

Pretende-se promover o encontro de pessoas de cada setor para dar início à consolidação de um projeto único que pode se desenvolver nas diversas regiões do país, utilizando uma metodologia acordada entre esses atores; e para que se construa, em um ou dois anos, um protocolo mínimo de indicadores ou princípios. Numa segunda etapa, propõe-se a gestão junto a agentes financiadores para adoção do protocolo, com garantia técnica e financeira para operação de créditos para SAFs. É necessário que o MDA seja inserido neste processo, para que a política nacional da Ater pública seja também envolvida na proposta de encaminhamento diferenciado, tanto do crédito quanto da análise, e da orientação quanto à utilização destes princípios.

**Rui Rocha (FlorestaViva)** – É essencial que a gestão dos protocolos e das formas de financiamento para SAFs, aqui propostos, busquem a simplicidade, evitando ao máximo complicar e burocratizar.

## Grupo V

# Harmonização da legislação conservacionista com os requisitos para o desenvolvimento rural sustentável

**Moderador:** Jean Dubois – Rebraf

**Participantes:**

Armin Deitenbach – Proter

Cristina Costa – IICA

Vladimir Ugarte – Almedio/França

### Entraves

**Atualmente, existe um conflito que impede uma relação harmoniosa do “binômio conservação-desenvolvimento rural sustentável”, ao qual vários palestrantes no seminário se referiram.** É fundamental que esse conflito seja superado por meio do reconhecimento da compatibilidade entre a adoção de certos usos do solo e a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Existe um atraso na evolução do arcabouço legal, comparado com a mudança dos paradigmas das políticas públicas. Há um conflito entre a permanência da legislação proibitiva e medidas de política que procuram a convivência. As políticas públicas estão evoluindo positivamente de forma mais rápida e não são acompanhadas com a mesma velocidade pelos dispositivos legais, o que pode impedir a aplicação prática das políticas públicas inovadoras.

A efetiva inaplicabilidade de diversos dispositivos legais, tanto no Código Florestal quanto em outros decretos, como, por exemplo, o decreto federal que incide sobre o uso da capoeira no bioma da Mata Atlântica, dificulta a adoção de SAFs como alternativa.

Falta divulgação ou plena aplicação de alguns dispositivos legais, como a compensação ambiental, consultas públicas etc., que podem ser utilizadas para facilitar a implementação de projetos e sistemas agroflorestais.

A obtenção do licenciamento ambiental por populações rurais acarreta muitas dificuldades. O acesso é dispendioso, burocrático, além de ser desconhecido pela agricultura familiar.

A restauração de Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) com a implantação de SAFs representa uma possível modalidade de recuperação ambiental com uso sustentável, atrativa para o produtor rural. Porém, os SAFs hoje praticados não apresentam, na sua maioria, nível suficiente de diversidade biológica interna para permitir que esta opção possa ser sempre autorizada para os mencionados objetivos de restauração.



## Oportunidades

**1. Está em fase de debate no Ministério do Meio Ambiente, incluindo o Conama e outros ministérios interessados, entre os quais o MDA, a necessidade de reavaliar o Código Florestal e outros dispositivos legais que incidem sobre o “binômio conservação-desenvolvimento rural sustentável”.**

**2. A inclusão digital crescente dos agricultores e, principalmente, de suas associações e serviços de apoio, ONGs etc., pode representar uma oportunidade de divulgação de dispositivos legais de interesse para o desenvolvimento agroflorestal via internet.** Hoje em dia, mesmo na Amazônia, as associações e ONGs têm acesso à internet. Isso pode compensar um pouco a dimensão continental do Brasil.

**3. A existência de tecnologias mais baratas desenvolvidas no Estado de São Paulo para recuperação de APPs e RL, mencionadas por Paulo Kageyama em sua palestra neste seminário, implica uma forma de superar as barreiras representadas pelo dispositivo legal associada à recuperação de matas ciliares com grande número de espécies.**

Porém, convém considerar que muitos agricultores de pequenos, médios e maiores portes não têm recursos financeiros ou encontram-se descapitalizados. Portanto, na fase inicial dos processos de restauração/reflorestamento, o plantio com um número relativamente limitado de espécies nativas deveria ser autorizado, na medida em que reúna preferencialmente espécies nativas que atraem agentes de disseminação (cf. zoocoria), capazes de promover uma progressiva biodiversificação espontânea das áreas reflorestadas ou revegetadas com SAFs.

## Propostas

**1. Formação de um grupo de trabalho para elaborar propostas para o aprimoramento e a adaptação de dispositivos legais identificados como de difícil aplicação.** Deverão participar, pelo menos, o MMA, o MDA, o Mapa, o MDS, o Ministério da Justiça e entidades

representativas dos agricultores, bem como ONGs de apoio. O grupo de trabalho adotaria o diálogo via grupo de discussão, além de realizar reuniões eventuais. A maior parte do trabalho seria feita via internet, de forma participativa e com debates.

**2. Elaborar linhas e diretrizes que permitam a implantação e o uso de SAFs adensados e biodiversificados no âmbito da restauração de APPs e RL.** Acompanhar a tramitação da discussão da proposta no Conama e em outros fóruns de discussão competentes.

**3. Ampliação da Lei do Babaçu Livre, hoje vigente no Maranhão, para os demais estados em que haja ocorrência maciça de babaçuais,** mediante apoio ao projeto de lei federal nessa matéria (ver discussão abaixo).

**4. Sistematização e divulgação de iniciativas bem sucedidas de licenciamento ambiental** que permitam o acesso facilitado dos agricultores (p.ex., licenciamento em grupos, licenciamento experimental para geração de conhecimento, desburocratização do processo etc.).

## Comentários Adicionais

**Jean Dubois (Rebraf)** – Acho que, numa primeira aproximação, a Rebraf deveria entrar em contato com o MMA, principalmente o Conama, para chegar a um nivelamento, utilizar eventualmente o *website* da Rebraf para iniciar os debates; e o debate deverá ter propostas específicas. Por exemplo, o texto do Código Florestal é muito difícil de modificar, leva muito tempo, então acho que devemos trabalhar, essencialmente, na forma de propostas que permitam elaborar regulamentos do Código Florestal que sejam mais apropriados à realidade rural. Os decretos relativos ao uso da capoeira, por exemplo, são mais fáceis de modificar. Além do intercâmbio de propostas, idéias e debates via internet, será necessário ter o grupo representativo reunido em Brasília, perto do governo, para chegar a um produto consolidado.

**Ana Carolina Magalhães Mendes (MIQCB)** – Quando falamos em projeto de lei em nível federal, estamos incluindo todos os estados que têm babaçu. Tanto é que, na nossa região, colocamos a questão da não queima do coco inteiro, porque nós fazemos o aproveitamento integral do babaçu, mas no nosso projeto de lei federal não inserimos esse artigo, considerando que tem algumas regiões, como é o caso de Rondônia e Mato Grosso, que possuem babaçu e que é usado por populações tradicionais também no aproveitamento do carvão. E, se elas não fazem o aproveitamento integral do babaçu, então não poderíamos, naquele momento, discutir uma coisa pensando no regional. O nosso interesse enquanto movimento é também esclarecer que a importância desse projeto de lei para os estados que fazem uso do babaçu seria trabalhar o aproveitamento integral e, nesse caso, Rondônia estaria inserido, se conseguirmos aprovar um projeto de lei em nível federal.



# Programa do Seminário

**4ª feira, 18 de agosto de 2004**

## **ABERTURA, 09h30 – 10h15**

*Brent Millikan* – AMA/PPG7

*Maria José Gontijo* – IEB

*Roberto Porro* – ICRAF/CIAT

*Vladimir Ugarte* – FPH

*Aurélio Vianna* – Fundação Ford

## **Apresentação dos Objetivos do Seminário, 10h15 – 10h50**

*Peter May*, Secretário Executivo – Rebraf

*Jean Dubois*, Assessor Técnico Senior – Rebraf

## **MESA 1 – Parcerias Governo – ONGs e Produtores, 11h – 12h30**

Coord: *Jorge Vivan* – Rede de Capacitação em SAFs da Mata Atlântica

*Moacir Medrado* – Chefe da Embrapa-CNPF

*Tasso de Azevedo* – PNF/MMA

## **MESA 2 – Mercados e Beneficiamento, 14h30 – 16h**

Coord: *Luiz Vilares* – Balcão de Negócios Sustentáveis, AdaT-Amazônia Brasileira

*Vital Carvalho Filho* – MDA/SDT

## **MESA 3 – SAFs e Segurança Alimentar no Meio Rural, 16h20 – 18h**

Coord: *Maria Adelina Chagas (Dada)* – MIQCB

*Denise Pufal* – GTZ/PDA

*Shigeo Shiki* – MMA/SDS

**5ª feira, 19 de agosto de 2004**

## **MESA 4 – Crédito e Compensação Ambiental, 09h – 10h30**

Coord: *Raul Couto* – Programa Amazônia – FASE-PA

*Luciano Mattos* – Proambiente – SDS/MMA

*João Rezek* – SAF/MDA

*Carlos Castro* – PNUD

## **MESA 5 – Dispositivos Legais, 10h50 – 12h20**

Coord: *Jean Dubois* – Rebraf

*Armin Deitenbach* – Proter

*Paulo Kageyama* – MMA/SBF

## **Formação e Encontros dos Grupos de Trabalho (GTs) – 14h – 14h30**

1. Parcerias
2. Mercados
3. Segurança Alimentar (reuniu junto com GT2)
4. Crédito e Serviços
5. Dispositivos Legais

## **Sessão de trabalho dos GTs – 14h30 – 18h30**

**6ª feira, 20 de agosto de 2004**

## **Apresentação dos GTs e Plenária Final – 08h30 – 12h**

## **ENCERRAMENTO – 12h – 12h30**

*Herbert Ferreira de Lima* – Embrapa

*Elias de Araújo* – MMA/FNMA

*Gilney Viana* – MMA/SDS

*João Paulo Capobianco* – MMA/SBF

*Jorg Zimmerman* – MMA/SCA

*Valter Bianchini* – MDA/SAF



World Agroforestry Centre  
TRANSFORMING LIVES AND LANDSCAPES



*fondation Charles Léopold Mayer*  
pour le progrès de l'Homme



FORD FOUNDATION

**Projeto de Apoio ao  
Monitoramento e Análise – AMA**

**Programa Piloto para Proteção  
das Florestas Tropicais do Brasil**

**Secretaria de Coordenação da Amazônia**

**Ministério do  
Meio Ambiente**

